

Info_Obha

Informativo do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares

ano_2 número_7 maio_de_2021

A IMPORTÂNCIA DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS(CAD-ÚNICO) NESTE CONTEXTO DE FOME E MISÉRIA NO BRASIL

O Brasil é signatário da Declaração dos Direitos Humanos desde 1948, onde se situa o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo parte dos importantes marcos legais brasileiros como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Nosso país conquistou espaço emblemático como referência mundial ao inserir no artigo 6º da Constituição Federal “o direito do cidadão em acessar alimentos de qualidade e de forma permanente”.

Com toda a experiência bem sucedida de suas políticas públicas, o Brasil enfrenta atualmente o aumento da Fome e sua relação com as desigualdades sociais potencializadas pela Pandemia por COVID-19. Isto não é uma sensação de *déjà vu*, pelo contrário, lamentavelmente, vemos o mesmo filme se repetir no país, como denunciado pela primeira vez na década de 1930, pelo médico, geógrafo e cientista social Josué de Castro. Na década de 90, a Fome e a Miséria foram amplamente debatidas por movimentos sociais na Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria pela Vida, liderada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

Os ensinamentos de Josué de Castro e Betinho foram fundamentais para orientar o enfrentamento da Fome e da Miséria como flagelos relacionados à desigualdade histórica e estrutural do país. O que aprendemos com eles foi importante para o Brasil criar a LOSAN

e a PNSAN, o que nos tornou referência em nível internacional. Portanto, temos experiência com a criação de medidas emergenciais e estruturantes de médio e longo prazo que fez vivermos um dos períodos mais promissores na melhoria do acesso aos alimentos com qualidade e de forma permanente entre os anos de 2004 e 2013. Essas políticas foram tão bem sucedidas que, em 2013, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

No entanto, nos últimos anos, a Fome e a Miséria no Brasil passaram a ser novamente apontados em dados de inquéritos nacionais, expressando o retrocesso na segurança alimentar em decorrência da redução de investimentos em políticas públicas de SAN, no período de 2013 a 2018, anos esses que antecederam a pandemia por COVID-19.

Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil – **VigiSAN** – divulgados em abril pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) – revelaram que mais da metade dos brasileiros está em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN). Essa situação de INSAN cresceu de forma mais intensa entre 2018 e 2020, quando a pandemia agravou o quadro de desigualdades sociais que já estavam instaladas no Brasil.

Conheça mais detalhes sobre os resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia por COVID-19, acessando o site:

olheparaafome.com.br

São 19 milhões de brasileiros estão passando fome!

São 19 milhões de brasileiros passando fome! Os resultados do VigiSAN indicam que cerca de 9% da população brasileira estão em insegurança alimentar e nutricional, sendo de forma mais acentuada nos lares das regiões nordeste (13,8%) e norte (18,1%). Em 11,1% de lares chefiados por mulheres há pessoas em situação de fome, enquanto que nos lares chefiados por homens esse número cai para 7,7%. A cor da pele no Brasil, velho espelho de desigualdade, aponta a insegurança alimentar e nutricional em 10,7% de pretos e pardos em contraposição de 7,5% dos lares com pessoas brancas. A escolaridade, outro indicador relacionado às desigualdades sociais, revela ainda que a Fome é maior (14,7%) nos os lares onde os chefes de família não têm estudo ou têm ensino médio incompleto do que em lares com mais anos de estudo (4,7%).

Neste momento, em que a pandemia atinge alta incidência, letalidade e mortalidade, medidas emergenciais e estruturantes de médio e longo prazos precisam ser acionadas. Fazer valer a LOSAN e a PNSAN junto à implementação de sistemas de monitoramento e avaliação para ampliar o cadastramento de beneficiários em programas sociais é fundamental. Para isto, o CAD-Único - que é o principal instrumento de identificação de famílias de baixa renda no Brasil - precisa ser atualizado

para permitir a inclusão das famílias identificadas por pesquisas como a VigiSAN. Torna-se urgente, também, investimentos em políticas públicas que existem no país como a LOSAN e a PNSAN e, fundamentalmente, a retomada de espaços de governança e de concertação com a sociedade civil que eram desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA.

O caminho de emancipação está pela ação de políticas públicas emergenciais e estruturantes para reforçar o dever do Estado em cumprir as suas obrigações de respeitar, proteger, promover e prover a alimentação para a população, para que juntos e irmanados como nação possamos superar a Fome e a Miséria que com tristeza somos obrigados a viver atualmente.



Info_Obha

ano 2 | número 7 | maio de 2021

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares
Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura (Palin)

Direção de arte

Fábio Lucas Vieira

Equipe Editorial

Denise Oliveira e Silva

Érica Ell

Juliana Ubarana

Danielle Cabrini

Tatiana Novais

Cássia Pereira das Chagas

Contato

www.obha.fiocruz.br | obha@fiocruz.br | facebook.com/obha.fiocruz

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

Copyright © Obha 2021

Fundação Oswaldo Cruz

Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A

CEP: 70.904-130 - Brasília - DF